

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Michael Bloomberg comprometeu-se a bancar os pagamentos que deixarão de ser feitos pelo governo dos EUA em programas da ONU relacionados ao clima

JOHANNES EISELE



Bloomberg e Natura se mobilizam contra retrocessos na agenda ESG

Surgiram as primeiras vozes em reação às posições polêmicas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na área ambiental. O ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg, dono de fortuna estimada em US\$ 104 bilhões, afirmou que sua fundação vai financiar projetos de combate às mudanças climáticas. O democrata comprometeu-se a bancar os pagamentos que deixarão de ser feitos pelo governo dos EUA em programas da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados ao clima. “De 2017

a 2020, durante um período de inação federal, as cidades, os estados, as empresas e o público enfrentaram o desafio de manter os compromissos de nossa nação. Estamos prontos para o fazer novamente.” O intervalo citado por Bloomberg é uma referência ao primeiro mandato de Trump na Casa Branca. No Brasil, a empresa de cosméticos Natura publicou uma carta em defesa da agenda ESG (sigla em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança). “Não há mais tempo para retrocessos”, disse a empresa.

Reprodução/CHB Agro



Agro projeta resultados recordes em 2025

Depois de um 2024 difícil, o agronegócio brasileiro deverá encontrar campo fértil em 2025. Os agricultores projetam colher a maior safra de grãos da história, com destaque para a soja. Os bons ventos também sopram para os lados da indústria de insumos e da agroindústria exportadora. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) do agro pode acelerar até 5% neste ano, conforme estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) — é mais do que o dobro da expectativa de avanço do PIB do país.

Grupo Primo expande operação com novo escritório na Faria Lima

O Grupo Primo, criado pelos influenciadores digitais Thiago Nigro (Primo Rico) e Bruno Perini, passa por forte expansão. Nos próximos dias, vai inaugurar um escritório de 800 metros quadrados na região da Faria Lima, o coração financeiro de São Paulo. A ideia é reforçar a frente de investimentos da casa. A abertura de capital também está na mira, mas só quando o mercado melhorar. De fato, os negócios vão bem. Atualmente, a Finclass, plataforma de educação do grupo, tem 120 mil assinantes.

5,2 BILHÕES

de passageiros serão transportados em 40 milhões de voos que serão realizados no mundo em 2025. Será o maior contingente da história, segundo a Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA)

Claudio Belli/Divulgação



Sector de máquinas agrícolas tem um 2024 para esquecer

O agronegócio quer virar a página de 2024. Para se ter ideia, as vendas de máquinas agrícolas encerraram o ano com um tombo de 20% na comparação anual, conforme pesquisa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Foi uma das maiores quedas da história. Três fatores foram responsáveis pelo resultado: redução da safra de grãos, queda dos preços internacionais das commodities e dificuldades para obter linhas de financiamento. Em 2025, o jogo deve ser diferente.

“Temos de acertar a mão nesse contexto bastante adverso. Internamente, estamos num momento fragilizado pelo aumento da inflação e a desconfiança sobre a política fiscal, o que tem atrapalhado as expectativas”

Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

RAPIDINHAS

» A fabricante chinesa de carros elétricos Neta Auto está de olho no potencial do mercado brasileiro. Em vez de começar uma planta do zero, a ideia é associar-se com empresas já instaladas no país para realizar a montagem de seus veículos por aqui. A Neta Auto começou a vender veículos no Brasil no último trimestre do ano passado.

» Em seus primeiros dias de governo, Donald Trump suspendeu US\$ 300 bilhões em projetos voltados para a economia verde, o que deverá colocar em risco a necessária transição energética do planeta. Poucas horas após a posse, o presidente norte-americano já havia anunciado a saída dos Estados Unidos do Acordo Climático de Paris.

» O faturamento das pequenas e médias empresas brasileiras (PMEs) avançou 4,5% em 2025, de acordo com pesquisa realizada pela companhia de gestão empresarial Omie. Em 2025, contudo, o segmento deverá perder força devido à desaceleração da economia. Pelas projeções da Omie, as receitas das PMEs crescerão 2,4% neste ano.

» Quando Larry Fink fala, os investidores prestam atenção. Presidente da gestora norte-americana BlackRock, a maior do mundo, Fink disse que a cotação do Bitcoin chegará a US\$ 700 mil nos próximos anos. Atualmente, a moeda virtual ronda a casa dos US\$ 100 mil. Para ele, as criptos são atraentes em tempos de instabilidade econômica.

TRANSPORTE

Relator de projeto, na Câmara, sobre marco regulatório para a categoria estima retomada da tramitação neste semestre. Proposta inclui direitos trabalhistas, regras de funcionamento das plataformas digitais e novos mecanismos de fiscalização

Indefinição no app dos motoristas

» FERNANDA STRICKLAND

Um ano após o envio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 3890/2024 pelo governo federal ao Congresso Nacional, que visa regularizar a atuação dos motoristas de aplicativos no Brasil, o tema continua a provocar debates intensos entre parlamentares, motoristas, empresas do setor e especialistas em transporte. O assunto tratado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva esta semana, deve voltar à tona neste semestre, no Congresso. A proposta busca estabelecer um marco regulatório para a categoria, incluindo direitos trabalhistas, regras de funcionamento para as plataformas digitais e novos mecanismos de fiscalização.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a proposta é fruto das discussões do grupo de trabalho (GT) sobre o tema criado em maio do ano passado pela pasta, com a participação das empresas e de trabalhadores do setor. O PLP 12/2024 também estabelece “mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho”.

A matéria, apresentada pelo Ministério do Trabalho em

janeiro de 2024, foi motivada por pressões crescentes de motoristas que reivindicam maior proteção social e melhores condições de trabalho. A proposta inclui a exigência de contribuições para a Previdência Social, regulamentação da carga horária de trabalho e estabelece diretrizes para a transparência nas relações entre motoristas e empresas, como Uber e 99.

Apesar de avanços em audiências públicas e na formação de um relator para o texto, a tramitação ainda encontra resistência em ambas as Casas Legislativas. Parte dos deputados e senadores defende ajustes no texto para atender tanto às demandas dos motoristas quanto às necessidades de flexibilidade das plataformas. As empresas, por sua vez, alertam para o risco de aumento de custos, o que poderia impactar o preço final das corridas para os usuários.

Ao **Correio**, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator da matéria na Câmara, está otimista com a tramitação da matéria ainda no primeiro semestre de 2025. “Com certeza, neste ano, o Congresso deve voltar a esta pauta, colocando as melhores oportunidades para quem realmente importa, que são os motoristas de aplicativos”, afirmou.

Desafios

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela que o Brasil tem mais de 2,5 milhões de motoristas cadastrados em aplicativos, o que representa uma das maiores bases de trabalhadores desse tipo no mundo. No entanto, muitos desses profissionais enfrentam jornadas exaustivas e dificuldades para garantir uma renda compatível com o custo de vida.

De acordo com André Rocha, especialista em mobilidade urbana, a regulação é essencial, mas precisa ser feita com equilíbrio. “A ideia não é engessar o modelo, mas assegurar direitos mínimos para os motoristas, como acesso a benefícios previdenciários e seguridade. Ao mesmo tempo, é preciso evitar regras que inviabilizem o funcionamento das plataformas”, disse Rocha.

Por outro lado, motoristas ouvidos pela reportagem destacam a urgência na aprovação do projeto. Carla Mendes, que trabalha como motorista de aplicativo há seis anos em São Paulo, afirma que “muitos de nós estamos desamparados. Se sofremos um acidente ou ficamos doentes, é difícil sobreviver. Precisamos de garantias reais”, frisa.

O PLP 12/2024 aguarda, desde abril de 2024, apreciação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. De acordo com fontes do governo, a expectativa é de que o texto avance ainda neste semestre, após a inclusão de emendas que possam atender aos diferentes interesses envolvidos. Enquanto isso, os motoristas seguem em compasso de espera, divididos entre a esperança por melhores condições e o receio de que as negociações se arrastem por mais tempo.

Procurado, o Ministério do Trabalho não respondeu até o

Novas regras

Entenda os principais pontos do projeto enviado pelo Executivo ao Congresso para a regulamentação dos trabalhadores de aplicativo



MODALIDADE DE TRABALHO

- A proposta trata apenas dos motoristas que fazem o transporte de passageiros, eles formarão a categoria de “trabalhador autônomo por plataforma”.
- Não haverá vínculo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nem qualquer relação de exclusividade entre trabalhador e empresa. Trabalhadores e empresas farão negociação coletiva por meio de sindicatos.

JORNADA

- A jornada diária será de oito horas, mas poderá chegar a 12 horas se houver acordo com sindicatos da categoria.
- A empresa fornecerá aos motoristas cadastrados vale-refeição diário, estipulado no acordo, a partir da sexta hora trabalhada por dia.
- A empresa também se comprometerá a fornecer serviços médico e odontológico para os motoristas cadastrados e seus dependentes;
- As empresas deverão manter à disposição dos motoristas pontos de apoio — em locais a serem definidos com o sindicato —, com refeitório, primeiros socorros, sanitários “em perfeitas condições” e água potável.

REMUNERAÇÃO MÍNIMA

- Os trabalhadores terão um piso por hora rodada. Esse valor será de R\$ 32,09 – R\$ 8,02 referentes ao serviço e R\$ 24,07, aos custos do trabalhador.
- Nenhum motorista poderá ganhar menos que R\$ 10 por saída, R\$ 2 por km e R\$ 0,21 por minuto, no caso da categoria “X” ou equivalente, por exemplo. No caso da “Black”, o mínimo por saída será R\$ 15;
- A base de remuneração será o salário mínimo (hoje em R\$ 1.412), e o cálculo usará a hora efetivamente rodada (entre a aceitação da corrida e a chegada ao destino do passageiro).

PREVIDÊNCIA

- A proposta do PL cria um mecanismo de inclusão previdenciária dos motoristas, que passarão a ser enquadrados como contribuintes individuais para fins previdenciários.
- O texto pretende instituir contribuições previdenciárias dos motoristas e das empresas operadoras de aplicativos, equivalentes a 7,5% (motoristas) e a 20% (empresas) do salário de contribuição.
- As operadoras ficarão responsáveis pelo recolhimento das contribuições, não só as que estão a cargo delas, mas também as dos motoristas.

R\$ 100 bi para as ferrovias

» DANANDRA ROCHA

O governo federal vai lançar, na primeira quinzena de fevereiro, um Plano Nacional para o Desenvolvimento Ferroviário. O anúncio foi feito, ontem, pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Com previsão de R\$ 100 bilhões em investimentos, o projeto prevê a concessão de cerca de 4.700 quilômetros de novas ferrovias à iniciativa privada.

“Tive uma primeira conversa com o presidente Lula, apresentando a ele a carteira de projetos. O presidente aprovou, e nós estamos organizando para fazer o lançamento nos primeiros dias de fevereiro, na primeira quinzena do mês”, disse o ministro em entrevista ao programa *Bom dia, ministro*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Os trajetos prioritários incluem projetos como a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a Transnordestina, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), o Anel Ferroviário do Sudeste e a Ferrogrão. Além dos investimentos em infraestrutura, o plano também busca modernizar a malha ferroviária existente, aumentando a eficiência no transporte de cargas e reduzindo os custos logísticos.

“Vamos divulgar os projetos, discutir com o mercado e com os investidores. Será extremamente relevante, pois é muito necessário que retiremos cargas das rodovias e as coloquemos nas ferrovias, para evitar os conflitos rodoviários que o Brasil ainda enfrenta”, afirmou.

O governo prevê financiar até 20% dos recursos necessários para viabilizar as obras, projetando um aumento significativo no transporte de cargas por ferrovias, com o objetivo de reduzir os conflitos no modal rodoviário nacional.

fechamento desta edição. “Estamos dialogando com todos os setores para garantir uma solução justa. Este é um tema crucial

para milhões de brasileiros”, declarou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em recente entrevista à imprensa.